DIÁLOGOS FEMINISTAS

ANÁLISE DE CONJUNTURA E DESAFIOS PARA A DEFESA DA DEMOCRACIA

FRIEDRICH EBERT STIFTUNG

SOS CORPO
Instituto Feminista para a Democracia

SUMÁRIO

Apresentação 3

Feminismos Plurais 4
Anne Karolyne

Aprender com os nossos acertos e resistir 6
Junéia Martins Batista

Feminismo como resistência ao ultraneoliberalismo e aos fundamentalismos 7
Sonia Coelho

Neoliberalismo, fundamentalismo religioso e militarismo 9
Carmen Silva

Impactos das reformas trabalhista e previdenciária para as mulheres 11
Adriana Marcolino

Participação política das mulheres e presença feminista no Congresso Nacional 13
Natália Mori

Fundamentalismos e Direitos Humanos 15
Viviane Hermida

Diálogos Feministas 16

APRESENTAÇÃO

* * *

Analisar o contexto político do Brasil no período recente não tem sido um exercício fácil. Ainda mais complexo tem sido atuar nesse momento para defender direitos e a própria democracia. Pensar uma ação política unitária da esquerda e, dentro dela, das feministas para se contrapor ao avanço do neoliberalismo e dos fundamentalismos é um grande desafio e uma das tarefas prioritárias para esse campo.

Refletir sobre essas questões foi o objetivo do segundo debate da série "diálogos feministas", realizado em São Paulo em fevereiro de 2019 e organizado pela Fundação Friedrich Ebert em parceria com o SOS Corpo Instituto Feminista para a Democracia. Os diálogos são feitos por um grupo de ativistas que se propõem a constituir um espaço de reflexão e elaboração feminista nessa conjuntura, bem como propiciar o fortalecimento de alianças entre as pessoas e organizações participantes.

Esta publicação traz uma síntese dos temas abordados nesse debate, que foi organizado em dois momentos: o primeiro realizou uma análise da conjuntura a partir de uma perspectiva feminista e o segundo indicou temas prioritários para uma agenda que se contraponha às reformas neoliberais e ao avanço do conservadorismo. Para estimular o debate, algumas convidadas apresentaram um insumo inicial, trazendo seus pontos de vista sobre essas questões, seguido de uma rica troca de opiniões e reflexões com o conjunto das participantes. As próximas páginas buscam sistematizar as principais reflexões do grupo.

Esperamos que esse material possa alimentar novos debates e inspirar mais ações feministas, coletivas e de esquerda na defesa da democracia e de direitos.

Boa leitura!

FEMINISMOS PLURAIS

Anne Karolyne
Secretaria Nacional de Mulheres do PT

* * *

A conjuntura é tão complexa que às vezes é difícil definir prioridades. Para compreendermos o país e o contexto que estamos vivendo é preciso olhar para a história do Brasil e o impacto que isso tem na vida das mulheres. É preciso compreender o patriarcado moderno e como, na formação social do capitalismo, os homens detêm o poder. E acrescentar a essa leitura o colonialismo, a escravidão, a invasão dos nossos territórios e as resistências que as populações indígenas e negras fazem até hoje. Isso significa que as opressões têm dimensões de raça, etnia, classe e gênero. A análise dessas dimensões é central para a compreensão do contexto. As mulheres indígenas e negras têm um lugar específico na estrutura de uma sociedade construída a partir da invasão dos territórios e que tem reflexos e permanências até hoje.

Ao longo da história as mulheres vêm se reafirmando através de lutas importantes, como o feminismo. Mas por mais que tenhamos avançado, ainda falta muito para chegar onde queremos. Essa eleição, para todas e todos nós, foi um divisor de águas. As mulheres foram o único setor que se organizou de fato, ocupando as ruas e expondo um candidato machista, no #ELENÃO. A Primavera Feminista, que aconteceu antes, foi uma onda que começou no Sudeste e foi chegando nos outros lugares. Toda vez que as nossas vidas são ameaçadas, há grandes mobilizações. A força das mulheres tem sido um catalisador. Tem sido uma linha de frente que se articula com várias pautas, como as da população LGBT. Algumas mulheres que não são do dia a dia do processo de organização dos movimentos sociais têm ocupado cada vez mais os lugares de reivindicação. O debate que temos feito é que a organização das mulheres precisa ser para todas e precisa chegar nas mulheres como um todo, inclusive nas que não podem estar presentes na construção política diária. É importante que isso seja colocado para que não se julgue as que não estão organizadas nos movimentos tradicionais. Porque, na verdade, todas nós estamos resistindo. E as lutas que todas nós fazemos, em seus diferentes lugares, é importante.

Quero chamar a atenção para alguns fatos com base nas últimas eleições. Embora tenhamos aumentado a nossa bancada feminina, muitas mulheres conservadoras também se elegeram. Nesse processo, a gente percebe tanto a cooptação de pautas feministas como o fortalecimento de discursos antifeministas. Apesar de serem candidatas mulheres e do nosso objetivo ser o de ter mais mulheres na política, são mulheres que se contrapõem às nossas lutas históricas. Como dialogar com essas mulheres? É possível? Precisamos pensar sobre isso.

A outra questão que quero levantar é sobre a própria participação política como um todo. Hoje, no PT, nós temos a paridade. Temos algumas candidatas eleitas e mulheres ocupando cargos dentro do partido. Eu sou fruto disso, das conquistas a partir das discussões de gênero, geração e étnico-raciais que temos feito internamente. Mas estamos longe de alcançar a paridade como desejamos, ainda precisamos conquistar o poder nos cargos principais, por exemplo. Nos outros partidos é ainda mais grave. As mulheres não sabem como acessar o fundo partidário, só assinam os papéis. O resultado disso foi o que vimos nas últimas eleições com o número de candidaturas laranjas, na tentativa de burlar a cota de 30% eleitoral destinada as mulheres. E esse não é um problema apenas dos

partidos de direita. É um problema dos partidos de centro e de esquerda também.

Nas últimas eleições tivemos uma iniciativa interessante no PT, que foi o projeto Elas por Elas. Esse projeto começou a ser pensado antes da decisão dos 30% nas eleições. E foi a primeira vez que a gente construiu as candidaturas femininas de forma coletiva e horizontal. Conseguimos proporcionar autonomia às mulheres para se organizarem e garantir assessoria para as suas candidaturas. As que tinham mais condições, recursos e assessoria partilhavam com as outras. Construímos também uma plataforma de formação com pautas feministas para que todas pudessem apresentá-las, se desejassem. Em alguns estados funcionou, em outros não, mas avançamos. Queremos seguir construindo o fortalecimento desse processo após o 8 de março. O que a gente acredita é que não basta termos mulheres eleitas ou dirigentes de qualquer jeito, é importante que elas estejam comprometidas com nossas pautas e lutas.

Nessa conjuntura, precisaremos ter muita capacidade criativa para conseguir resistir. Estou muito preocupada com esse momento, não só com os partidos políticos, mas do ponto de vista da nossa sobrevivência mesmo, das nossas vidas. Criamos uma rede interna de solidariedade, porque nós estamos recebendo denúncias, nossas militantes estão sendo perseguidas. Professoras e professores estão com receio de entrar em sala de aula. As liberdades democráticas e o pouco que conquistamos até aqui estão em risco. É importante que seja cada vez mais real para cada uma e todas nós a ideia de que “você não está só”.

APRENDER COM OS NOSSOS ACERTOS E SEGUIR RESISTINDO

Junéia Martins Batista
Secretaria Nacional de Mulheres da CUT

* * *

Ouvir a Anne falando me trouxe um alívio. Saber que estamos formando essas lideranças é algo que dá orgulho. Formar e dar oportunidade às mulheres jovens é uma das coisas que as mulheres estão sabendo fazer melhor do que os homens.

Nesse momento, estamos vivendo um avanço da extrema direita no mundo. Mas o que é o mundo? É a Europa. Nós pensamos na Europa, nos EUA e depois pensamos na nossa região. Muitas vezes esquecemos do que acontece na América do Sul e na América Central. El Salvador elegeu recentemente um 'Bolsonaro'. Na Nicarágua as pessoas que se colocam contra o governo estão fugindo por causa de prisões arbitrárias. No Equador, o sucessor de Rafael Correa está proibindo concursos públicos. Sobre a Venezuela, não preciso nem falar. Eu tenho muitas críticas a Nicolás Maduro e à forma como ele conduz seu governo. Mas é preciso olhar também para a forma como a mídia constrói a sua narrativa. Nós precisamos ter uma mirada sobre isso, porque tudo isso tem a ver com o Brasil. Mauricio Macri provavelmente não se reelegerá, então possivelmente teremos algo mais próximo da social democracia na Argentina. Mas o restante da região está lidando com esses conflitos.

No Brasil, o povo elegeu este governo sabendo o que estava elegendo. Nesse momento, estamos vivendo uma ameaça a tudo o que conquistamos de políticas públicas nas últimas décadas. Quais são os desafios que temos pela frente? Primeiro, nós, mulheres da esquerda, temos que aprender com os nossos acertos. Temos que retomar as coisas boas que fizemos. Segundo, precisamos refletir sobre como o trabalho de base se perdeu e sobre como retomá-lo. Eu sou fruto do trabalho de base dos anos 1980.

Eu tenho muita confiança nas mulheres que elegemos, mas elas sozinhas não dão conta. Como é que a gente traz as pessoas que estão em evidência para o nosso lado? Youtubers e instagramers, por exemplo. Nós precisamos e temos condições de fazer essa disputa no mundo digital. Outra disputa que precisamos e também temos condições de fazer está no campo da religiosidade. As pessoas têm fé e nós precisamos disputar o "amém".

Nós estamos vivendo em um mundo de inteligência artificial. Estamos vivendo a reorganização do mundo do trabalho. Não teremos contratos de empregos formais. Teremos empregos totalmente precários para médicos, assistentes sociais, professores. O que vai escapar do mundo digital é a economia do cuidado. Vão nascer menos crianças, mas, por outro lado, as pessoas vão ficar mais velhas. Esse é o trabalho que vai sobrar para nós, mulheres. Embora os homens já estejam entrando também nesses lugares de trabalho, com justificativas como a força física, no caso de cuidadores de idosos. A gente tem que disputar com os homens também nos nossos espaços. No mercado de trabalho, nunca chega a vez das mulheres. É muito difícil educar os meninos para que tenham compreensão de que não precisamos dividir apenas o espaço do mercado de trabalho. Os homens também precisam partilhar com a gente o trabalho doméstico e os trabalhos de cuidado não remunerados.

Enquanto nós ainda temos empregos formais, uma agenda muito importante é a previdência. Precisamos também acompanhar o que a bancada da direita está fazendo. E, enquanto esquerda, precisamos priorizar o 'Lula Livre'.

FEMINISMO COMO RESISTÊNCIA AO NEOLIBERALISMO E AOS FUNDAMENTALISMOS

Sonia Coelho
Sempre Viva Organização Feminista
Marcha Mundial de Mulheres

* * *

Discutir o ultraneoliberalismo e o acirramento da acumulação de riqueza no mundo é fulcral nesse contexto. O que é muito complicado para nós, mulheres, é que o neoliberalismo que temos hoje prescinde da democracia. Para nós, mulheres, a democracia é fundamental. Sabemos que o que tínhamos era uma democracia burguesa, mas, sem democracia nenhuma, a situação é muito mais difícil. Com o golpe, capturaram o Estado do ponto de vista econômico e social, o que se soma à discussão sobre neoliberalismo que nós fazemos. O que é a nossa subjetividade hoje? O neoliberalismo está na dianteira, colocando a ideia de que "eu posso sozinha". "Eu tenho a minha empresa". "Eu sou empoderada". E agora "eu posso ter a minha arma" também. "Vou ter minha aposentadoria privada". "Vou fazer as minhas coisas todas sozinha". Esse é um momento de disputa muito difícil para a esquerda.

Na década de 1990, fizemos a discussão de que há mulheres que têm acesso às melhores condições de vida e há mulheres que têm uma vida totalmente precarizada. O projeto do Paulo Guedes é para menos de 60 milhões de habitantes. O resto precisa viver na precariedade absoluta. Essa é uma discussão importante, porque teremos uma situação em que vamos precisar olhar com atenção para a precária condição de vida das mulheres e discutir com profundidade a materialidade da desigualdade. Esse é um elemento importante, porque nessa trama neoliberal é como se a desigualdade não existisse. "Eu sou assim porque eu não me esforcei, porque eu não trabalhei". Dá a impressão que é só uma questão de identidade, não se discute a base material da desigualdade.

A aliança entre o fundamentalismo religioso, patriarcal e racista coloca para nós mulheres um cenário muito difícil. A valorização do núcleo da família e o controle sobre os nossos corpos e nossa sexualidade são alguns dos seus elementos. O Escola sem Partido e as discussões em torno da ideologia de gênero, que tem como objetivo acabar com o pensamento crítico, são estratégias muito fundamentais nesse momento.

Nós temos alguns desafios como feministas, precisamos articular nossas pautas. Nós sempre discutimos que as nossas pautas, ou seja, as questões do gênero, não estão dissociadas de questões como a reforma trabalhista e da previdência. O que se traz nesse contexto é que essas questões são uma cortina de fumaça. Como nós podemos articular as nossas questões para que elas sejam vistas como parte de um projeto amplo de esquerda e sejam apoiadas pelo resto do nosso campo?

Nesse contexto, o que empurra as mulheres para casa – empurra entre aspas, porque eles não podem prescindir do trabalho precarizado das mulheres – é que o nosso trabalho, o trabalho de cuidado, fica muito mais invisibilizado. Para nós, um campo de análise fundamental é a economia feminista. Precisamos recuperar e valorizar o trabalho das mulheres, pensando sempre na perspectiva de construir um mundo ou uma sociedade em que o centro é a pessoa, é a sustentabilidade da vida.

Nós vivemos uma derrota grande e não será uma derrota curta, é um negócio a longo prazo e a gente vai precisar recuperar o nosso caminho. O feminismo é uma ferramenta fundamental. Um feminismo que organiza o território. A gente tem que conquistar esse povo. As igrejas, seja a católica ou a evangélica, foram reorganizando a comunidade e organizando redes de acolhimento. Tem toda uma rede de amparo, as igrejas vão nas casas das mulheres, elas inclusive apoiam as mulheres para fazer aborto. Então é preciso ter o feminismo capilarizado no território. A gente tem a tarefa de trabalhar a partir dos territórios.

NEOLIBERALISMO, FUNDAMENTALISMO RELIGIOSO E MILITARISMO

Carmen Silva
SOS Corpo - Instituto Feminista para a Democracia
Articulação de Mulheres Brasileiras

* * *

Concordo plenamente com a avaliação de que estamos vivendo um momento específico do sistema capitalista racista patriarcal, que é a recolocação do seu padrão de acumulação se apossando de todos os "bens" comuns, e também dos corpos da classe trabalhadora. Esse processo envolve o descarte de uma parte da população considerada desnecessária, uma vez que é possível manter o padrão de acumulação capitalista descartando dois terços da população. Nós já estamos vendo isso acontecer com o extermínio da juventude negra.

Dois elementos são importantes para que isso seja possível: a apropriação da tecnologia no mundo do trabalho e a guerra ideológica, que tem sido feita também com recursos tecnológicos. Essa disputa não é feita apenas através da disseminação de informações falsas, mas também da captura das nossas subjetividades. A tecnologia tem otimizado as formas a partir das quais o sistema capitalista absorve os nossos desejos para nos manipular e se fortalecer. Como é possível ampliar a acumulação capitalista descartando pessoas, muitos valores humanistas estão em xeque porque eles não podem coabitar com esse descarte. O governo que vivemos está inserido nesse contexto global, isso se revela a partir das suas propostas de reduzir o valor da mão de obra e através da desregulamentação do mundo do trabalho que alguns tem chamado de "uberização da economia".

Esse governo tem também outros elementos importantes, como as suas associações com o fundamentalismo religioso e o militarismo. Ele tem articulado o fundamentalismo como se a fé fosse um negócio e colocado o militarismo como saída para a crise. O militarismo é uma ideia forte no Brasil, porque nós vivemos ditaduras militares por muito tempo. A própria República foi declarada por militares. Então somos um país onde grande parte da população avalia que o militarismo é correto. Embora a maioria não entenda a associação com as forças milicianas.

O militarismo e o autoritarismo têm dado lugar a uma "autorização para matar". Estamos vivendo uma progressiva negação e violação do "outro". Esses outros são a população negra, as mulheres, a população LGBT. O caso da travesti assassinada que teve seu peito rasgado e seu coração substituído por uma imagem de santa dá o tom da autorização da crueldade que estamos vivendo. O fato de treze meninos negros serem assassinados ao mesmo tempo numa favela do Rio de Janeiro e isso não gerar comoção social demonstra que estamos vivendo um momento de crescimento do fascismo social. E esse fascismo social tem sido fortalecido dentro do governo.

Todos estes elementos estão presentes no governo, mas o governo não é homogêneo. Há vários blocos: a mídia, os militares, o agronegócio, os financistas, as igrejas, Sérgio Moro e a sua disputa com a justiça... Embora eles tenham muita força e nós estejamos com baixa capacidade de mobilização, é importante percebermos essas disputas internas. Algumas leituras têm tentado normalizar o contexto, acreditando que o governo vai se desgastar por ele mesmo e apostando na organização para as próximas eleições. Não acredito que ele vai cair por ele mesmo.

O setor sindical tem trabalhado muito, sobretudo diante das reformas trabalhista e previdenciária, mas não tem conseguido mobilizar as pessoas. Desconfio que quem vai conseguir fazer isso pela primeira vez nesse novo governo é o movimento feminista, com o 8 de março. E isso é até engraçado, porque eles têm a mania de colocar o feminismo como uma pauta específica. Nós temos construído um 8 de março com muitas pautas, cada vez mais abrangente e plural. Nós mulheres, quando saímos com o "Ele não", antecipamos o segundo turno. O "Ele não" denunciou o caráter fascista de Bolsonaro e potencializou o movimento do 'vira voto'. Isso é uma demonstração da nossa força e da potência da nossa ação política.

É importante que todos os setores da esquerda reconheçam o valor dos movimentos sociais. Alguns movimentos são mais próximos dos partidos e alguns são mais autônomos em relação aos partidos e em relação aos movimentos sindicais. É importante que nós valorizemos todas essas lutas. Na minha perspectiva, é na construção dessas lutas que a articulação entre esses diferentes setores vai se dar. E não pode ser apenas as lutas de uns, é preciso que estejamos articulados para fortalecer as lutas de todos.

Precisamos estar preparadas para o fato de que pode haver uma eclosão social a qualquer momento, porque no pós junho de 2013 quem ganhou foi a direita, porque a esquerda não soube o que fazer. É preciso potencializar as redes de solidariedade locais e apostar em construir processos de formação que articulem as diversas experiências que tem surgido. Porque as experiências de resistência acontecem independente de nós, dos movimentos sociais, e a gente tem o desafio de se articular para fazer ecoar essas vozes.

IMPACTOS DAS REFORMAS TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA PARA AS MULHERES

Adriana Marcolino
DIEESE

* * *

Nós, mulheres, estamos entre os grupos mais impactados pelas reformas trabalhista e da previdência. De um modo geral, a Reforma Trabalhista atinge as trabalhadoras e os trabalhadores mais vulneráveis. Dois eixos dessa reforma impactam diretamente na vida das mulheres: os novos contratos, mais precários, e a flexibilização da jornada de trabalho. As mulheres já estão numa posição mais precária no mercado de trabalho, principalmente nos contratos part time. A reforma traz a possibilidade de contratos onde os funcionários trabalham 12 horas e folgam 36 horas.

Os novos contratos também mudam as regras das negociações entre empregadores e empregados. No caso das mulheres, após o período da licença maternidade, as trabalhadoras podem negociar a redução da sua jornada para amamentação. Em geral, são os sindicatos que negociam essa redução ou a ampliação da licença. Os sindicatos vinham conseguindo avançar nesses direitos. Com a reforma isso passou a ser uma negociação individual da mulher com o empregador. Os índices de desemprego das mulheres após a licença maternidade atualmente são altos. O que se estima é que a necessidade de negociar esses direitos diretamente com os empregadores dará lugar a menos liberdade de reivindicação para as mulheres e aumento do desemprego.

Outra medida prevista pela reforma trabalhista é que, enquanto estiver grávida, a mulher só será afastada de ambiente de trabalho insalubre se um médico atestar que existe um grau médio ou alto de insalubridade naquele espaço ou naquela função. Os médicos que avaliam as condições de trabalho poderão ser contratados pelas próprias empresas. O que facilita decisões que ignorem a saúde das mulheres para beneficiar os empregadores.

A Reforma da Previdência, por outro lado, exclui um grupo grande de pessoas que hoje acessam a aposentadoria e os benefícios da seguridade social, ao propor regras que dificultam esse acesso. A capitalização e as mudanças de parâmetros trazem consequências diretas para as mulheres. Os trabalhadores mais prejudicados com a capitalização são as mulheres, principalmente as mulheres negras, empregadas domésticas, as trabalhadoras do campo, os professores e principalmente as professoras e os trabalhadores informais, porque não existe nenhum esforço de trazer esses trabalhadores para o sistema formal ou para garantir o acesso aos benefícios.

Capitalização significa a transferência do fundo público para fundos privados de aposentadoria. Atualmente, a nossa aposentadoria é construída com investimentos do Estado, dos empregadores e dos trabalhadores. Com a Reforma, a nossa aposentadoria será construída unicamente pelos nossos salários, como uma espécie de poupança. Isso tira a responsabilidade do Estado e dos empregadores. Como as mulheres tem um salário menor, a poupança vai ser menor e, consequentemente, a aposentadoria também será menor.

As mudanças paramétricas propostas pela reforma aumentam a idade mínima para aposentadoria das

mulheres de 60 para 62 anos e o tempo de contribuição de 15 para 20 anos. A reforma também extingue a possibilidade de se aposentar antes de atingir a idade mínima. Atualmente, as mulheres já têm dificuldade de cumprir os requisitos e acabam se aposentando com 61,5 anos. Muitas mulheres não conseguem se aposentar por idade, porque quando chegam aos 60 anos ainda não conseguiram atingir o tempo mínimo de contribuição, devido à descontinuidade da nossa participação no mercado de trabalho. Exatamente porque somos nós que, ao longo da vida, mais vezes paramos de trabalhar por razões como violência, gravidez, abortos, partos, para cuidar de outros familiares, crianças, idosos e deficientes.

Ao propor que a idade mínima seja alterada para 62 anos, o governo utiliza o argumento de que estaria aumentando apenas seis meses de trabalho nas previsões de aposentadora das mulheres, já que atualmente as mulheres se aposentam com aproximadamente 61,5 anos. O problema é que ao aumentar também o tempo de contribuição mínimo das mulheres em cinco anos, na prática a reforma obriga as mulheres a trabalhar 5 anos a mais.

Um dos argumentos colocados por esse governo é o de que o sistema é excessivamente generoso com as mulheres no Brasil. Alguns defendem que a idade mínima para aposentadoria das mulheres seja menor em relação aos homens apenas para as mulheres que tem filhos. Essa é uma proposta que além de reforçar a ideia da maternidade como principal função das mulheres na sociedade, ignora que os trabalhos de cuidado não são apenas ligados à maternidade.

Estas reformas desconsideram completamente as desigualdades entre homens e mulheres e as desigualdades regionais, criando regras lineares que não levam em conta as diversas desigualdades que existem na sociedade brasileira.

A REFORMA DA PREVIDÊNCIA E A POPULAÇAO RURAL

Edjane Rodrigues| CONTAG

Para as trabalhadoras e trabalhadores rurais, a reforma da previdência se iniciou bem antes. Em 18 de janeiro de 2019, o governo apresentou uma medida provisória ao congresso nacional que tem como objetivo: penalizar as trabalhadoras e trabalhadores rurais, proteger os grandes devedores e beneficiar as instituições financeiras. Com a Medida Provisória o governo cria um programa especial de revisão de benefícios (aposentadorias rurais, auxilio doença, auxilio reclusão, pensão por morte e beneficio de prestação continuada - BPC), para aqueles que forem notificados terão apenas 10 dias para apresentarem suas defesas. As mulheres rurais são as mais impactadas com a MP 871, o acesso ao salário maternidade que antes era de 5 anos, passou a ser de apenas 6 meses.

A medida ainda altera a concessão dos benefícios a partir de janeiro de 2020, que será feita exclusivamente mediante o cadastro nacional de informações sociais (que atualmente conta com menos de 5% de agricultoras e agricultores cadastrados). Até lá, para os agricultores acessarem a previdência social rural, terão que apresentar uma auto declaração ratificada pela pelas entidades credenciadas pelo programa nacional de assistência técnica e extensão rural, que na prática não darão conta da demanda do campo, já que não estão em todos os municípios e não contam com estrutura física e humana. Somada às questões colocadas pela MP 871, a PEC 06 (proposta de Reforma da Previdência) é principalmente injusta quando fixa um valor contributivo para as trabalhadoras e os trabalhadores rurais se aposentarem sem levar em conta as realidades das pessoas do campo.

PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES E PRESENÇA FEMINISTA NO CONGRESSO NACIONAL

Natália Mori
CFEMEA e Articulação de Mulheres Brasileiras

* * *

Dentre as várias interdições do patriarcado, o impedimento à participação política das mulheres é um dos seus pilares. Quando a gente discute as diferentes formas de opressão, é importante lembrar que o patriarcado é um sistema milenar e muito anterior ao próprio capitalismo. Esse é um fato que ajuda a explicar porque é tão difícil romper com culturas políticas organizativas machistas. O tensionamento entre quem se organiza em partidos e quem se organiza em movimentos é saudável, não é novo e é importante para avançarmos nessa discussão.

Há alguns anos, nós ativistas de movimentos feministas fizemos a aposta no diálogo institucional com representantes dos poderes públicos e nas políticas participativas. Hoje, quando eu vejo que a Bancada Feminina está apostando em um projeto de emenda constitucional para a participação das mulheres permanecer no piso já existente de apenas 10%, eu penso que não avançamos em nada. Nós pensávamos nas ações afirmativas como "remédios". Acreditávamos que essas ações deveriam ser entendidas como pontapés iniciais para tensionar um modelo totalmente dominado pelos homens, com o intuito de garantir de imediato a presença das mulheres tão alijadas das instâncias de poder. A primeira lei de cotas é de 1996 (depois de uma revisão da lei de 1994). E, passado esse tempo, os partidos políticos continuam operando na lógica de (mal) tentar garantir o mínimo. Aquilo que a gente queria como piso, virou teto. As feministas que fazem e pensam a Política já falam em paridade, ou melhor, como gerar condições reais para a paridade na política. Mas como é que se geram condições para paridade com as condições de trabalho organizadas na sociedade da forma como estão, por exemplo, sem divisão das responsabilidades domésticas de forma igual, sem políticas públicas de amparo e cuidado de quem não pode se autocuidar, como as crianças, pessoas idosas e enfermas? O tempo para o exercício da política é escasso e uma batalha real para as mulheres que assumem ainda a maior carga do trabalho reprodutivo.

Outro elemento é o nosso próprio sistema político. O nosso sistema está totalmente esvaziado de democracia, a gente percebe um fechamento cada vez maior para a inserção da diversidade. Os limites do nosso sistema político estão dados, inclusive pela força do capital. Decisões são tomadas a portas fechadas, se discutem coisas que descumprem os programas dos próprios partidos. As bancadas informais (que se organizam por temas, como a da Bala, do Boi e da Bíblia) estão cada vez mais organizadas e vão fazendo discussões e tomando decisões para além dos partidos.

Estou no esforço de pensar como a gente pode avançar, de repensar a nossa luta de décadas em prol da participação política das mulheres. Hoje nós temos várias mulheres eleitas, a bancada feminina passou de 10% para 15% do parlamento. Mas muitas dessas mulheres são laranjas e conservadoras e atuam contra nós. Além da presença das mulheres nesses espaços, é preciso que haja conteúdo feminista, para que essa presença não seja simplesmente "mais do mesmo". A gente percebe uma perpetuação dos modus operandi da política brasileira. São as mesmas famílias. Muitas mulheres estão lá por causa dos seus maridos e

filhos, assim como boa parte dos homens. Há também um grupo novo, que dialoga com o sentimento de sequestro da política, com a ideia de que a política não presta. São parlamentares que chegam sem nenhuma trajetória de vida política prévia, sem entender nada do que é o papel de um parlamentar. Isso é uma coisa importante para a gente observar nesse contexto, 141 dos parlamentares eleitos nunca tiveram experiência parlamentar.

Nós achávamos que o contexto estava difícil, mas tudo sempre pode piorar. Estamos diante de uma tendência de crescimento do conservadorismo. Nós feministas temos denunciado isso, a cada eleição nós falamos "essa é a legislatura mais conservadora desde a democratização". O que é que a gente pode esperar do parlamento nesse momento? A continuação do desmonte, retro-cessos, reforma da previdência, ataques cada vez mais diretos às nossas lutas, aos nossos valores e princípios, aos direitos humanos, à autonomia dos nossos corpos. Assim que a pauta fiscal e econômica for resolvida, seremos devastadas.

A bancada de oposição a esse governo será de 27% do parlamento. Porém, de tudo que é podre surge esperança e sementes de novas perspectivas e olhares. Nas últimas eleições nós tivemos o aumento de uma bancada feminista, antirracista, antiLGBTfóbica, que é fruto de toda a movimentação que nós mulheres temos feito há décadas nesse país. Nós vemos reflexos dessas lutas também na construção política das mulheres parlamentares, das vereadoras. Existe uma possibilidade real de tensionamento e de espaço para novas formas de exercício do poder, com participação popular real. E não à toa, as mulheres estão à frente desses processos de mandatos coletivos e em diálogo real com movimentos feministas e outros movimentos sociais. Pois sentimos na pele diariamente a interdição aos nossos modos de sermos e existirmos numa sociedade tão desigual entre homens e mulheres, entre pessoas negras e brancas. Tem se discutido uma proposta de se formar uma frente de diálogo com movimentos sociais feministas e antirracistas para ver como o Parlamento pode ser um lugar público e real de resistência frente à barbárie política pela qual estamos passando.

FUNDAMENTALISMOS E DIREITOS HUMANOS

Viviane Hermida
CESE

* * *

A ideia de direitos humanos da forma como se desenhou no pós-guerra está em crise mundialmente. É importante pensar em aspectos estruturais, mas também reconhecer as especificidades desse momento. Ainda que nunca tenhamos vivenciado concretamente os direitos humanos de forma plena, ao menos vivíamos os direitos humanos como utopia. Nós estamos diante de um desmonte dos direitos humanos de forma substancial, processo que vem junto com uma intensa militarização, conservadorismo e exacerbação do neoliberalismo, que encontraram nos discursos religiosos fundamentalistas um encaixe perfeito.

Talvez, como afirma Achille Mbembe, a era do humanismo esteja mesmo chegando ao fim e estejamos vivendo um momento regido pela lógica da necropolítica, que requer a desumanização brutal de enormes contingentes da população. É o que temos visto com relação aos povos indígenas e a população negra no Brasil, por exemplo.

Pensando na nossa agenda, a questão de gênero tem jogado um papel fundamental no Brasil e na América Latina. A retirada de qualquer menção à população LGBT da descrição do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, a iniciativa "escola sem partido", a retirada de gênero dos currículos escolares, tudo isso tem ocupado um lugar central no avanço do conservadorismo.

Para tentar desvendar o papel dos discursos religiosos nas eleições é importante lembrarmos do processo que nos trouxe até aqui. Desde 2002, o debate religioso passou a ocupar um espaço relevante nas eleições. A gente viveu um crescimento significativo de parlamentares eleitos com discursos religiosos. Em 2010, os temas do aborto e da criminalização da homofobia foram trazidos como moeda de troca eleitoral. As feministas estavam vendo tudo isso. Nós estávamos falando disso para os partidos de centro-esquerda. Estávamos denunciando as alianças com os partidos ligados a igrejas, mas muitas vezes, isso era visto como um alarde, não se percebia a gravidade do problema.

Hoje nós temos uma ministra que se coloca de forma "terrivelmente cristã", dentro de um estado laico. Em 2016, nós vimos Deus e a família serem exaltados durante toda a sessão do golpe. Depois, vimos Temer, em seu primeiro pronunciamento como presidente, definir seu governo como "um ato religioso". Chegamos em 2018 com a laicidade do Estado sendo considerada coisa de esquerdista. Estamos diante de um discurso neoliberal do ponto de vista econômico e extremamente conservador do ponto de vista moral. E, é preciso enfatizar, as feministas já vinham alertando para isso.

É importante lembrar que existem polos de resistência entre cristãos e cristãs, dentro do movimento ecumênico, como o Fórum Ecumênico Brasil, membro da Aliança ACT, e a Frente de Evangélicos pelo Estado de Direito, que têm se pronunciado fortemente contra o uso da fé para manipulação política e retrocessos nos direitos das chamadas minorias. Além disso, temos debates importantes sendo feitos por teólogas feministas, que podem inclusive iluminar o nosso diálogo com esses segmentos.

* DIÁLOGOS FEMINISTAS *

Os tópicos apresentados a seguir são uma sistematização das reflexões feitas durante a discussão coletiva com as participantes do debate "Análise de conjuntura desde uma perspectiva feminista: desafios para a defesa da democracia". Esta síntese não pretende esgotar todas as questões que foram abordadas e não representa necessariamente a opinião de todas as participantes.

O GOVERNO ATUAL

Quais foram os nossos erros que possibilitaram que Bolsonaro tenha conseguido capturar o discurso antissistema? A maioria dos apoiadores de Trump realmente acreditam que são vítimas nesse momento. Quando a classe dominante se coloca no lugar de vítima, é a hora da retomada do poder. É isso que estão fazendo agora. Estamos diante de uma encruzilhada difícil, porque o autoritarismo religioso e o autoritarismo político andam de mãos dadas e estão muito fortes.

FORTALECIMENTO DA DIREITA

Durante muitos anos a esquerda não esteve acompanhando o avanço dos debates da direita. E em muitos momentos não deu a importância devida. Demos muito pouca atenção a Olavo de Carvalho, demoramos muito tempo para discutir o Instituto Millenium. Agora estamos diante do desafio de compreender como esses discursos se fortaleceram e se espalharam pelo Brasil para traçar estratégias de combate.

PACIÊNCIA HISTÓRICA

O contexto é muito desalentador, mas é preciso olhar para o que estamos vivendo a partir de uma perspectiva histórica. Compreender os caminhos que nos trouxeram até aqui para construir o momento que virá.

MARCHA DAS MARGARIDAS

Precisamos rearticular e acreditar nas lutas que construímos até aqui. A Marcha das Margaridas terá um papel importante nesse ano. A conjuntura é desafiadora, é um cenário parecido com o de 2000 ou até pior. Mas as ações da Marcha estão sendo realizadas nos municípios. E a aposta é de que será um momento importante de expressão da nossa força e dos nossos ideais.

RESISTÊNCIA ANALÍTICA

O momento tem exigido muitas reelaborações. A reflexão e o pensamento crítico são ferramentas importantes. O pensamento analítico e a criatividade caminham lado a lado.

DEMOCRACIA

No projeto de governo que está em curso, há um dualismo em relação à democracia. Por um lado, é um projeto que ameaça profundamente os princípios democráticos. Por outro, eles não parecem querer descartar a ideia de democracia de forma tão simples. Toda essa necessidade de aparente legalidade em torno do golpe de 2016 e da prisão de Lula revelam isso. A direita tem utilizado bastante o termo democracia nas redes sociais e tem disputado também o seu significado. A democracia é um tema importante e precisamos trabalhá-lo melhor, porque seu significado parece estar sendo esvaziado.

DISPUTA DE NARRATIVAS

A grande batalha desse momento é uma batalha de ideias e narrativas. Nossos discursos e valores têm sido apropriados pela direita. Isso é muito mais do que uma questão semântica ou hermenêutica, porque existe um projeto de poder por traz dessa apropriação. Essa é uma das questões mais complexas que estão colocadas nesse contexto. Como dialogar com as pessoas quando todos os nossos conceitos são capturados pelo outro lado?

CAPILARIZAÇÃO

Nas últimas décadas tem sido discutido que os movimentos sociais se distanciaram das suas bases. Essa afirmação pode significar muitas coisas. O que nos interessa aqui é a ideia de que, nos últimos anos, deixamos de nos comunicar com a população de forma mais ampla. As nossas organizações e os nossos movimentos têm capilaridade, mas existe uma outra rede por onde circulam ideias e debates na qual não estamos conseguindo penetrar. Mudanças na nossa linguagem e na nossa comunicação não são suficientes, é preciso repensar de forma mais profunda o diálogo que construímos com as pessoas e a nossa capacidade de escuta e de encantamento do projeto que acreditamos.

COMUNICAÇÃO

A direita tem se comunicado muito bem. É mais fácil para eles, porque eles não tensionam o senso comum. Para disputar essa hegemonia, precisamos pensar como a gente se comunica. Podemos explorar melhor as diversas ferramentas que existem na internet, como vídeos, cards, e repensar a nossa linguagem. Mas a questão não é só a internet, precisamos pensar novas formas de nos comunicarmos com as pessoas. O diálogo corpo a corpo no segundo turno das eleições nos mostrou que também é preciso repensar formas de comunicação para além da internet.

DIÁLOGO

O diálogo exige escuta. O momento tem nos mostrado a urgência de repensarmos não apenas como falamos, mas o que falamos. Estar abertas ao diálogo significa também abertura para repensar nossas certezas.

ESTÉTICA FEMINISTA

Os movimentos feministas têm elaborado outras formas de ocupação das ruas, que estão, em certa medida, relacionadas à própria construção política feminista. A horizontalidade proposta por esses movimentos tem potencializado o envolvimento de grupos que dialogam com expressões artísticas das mais diversas, vindas das periferias, das universidades, de círculos de artistas mais consolidados, de artistas de rua, entre outras. Não foram carros de som ou formas de organização mais tradicionais que engajaram e levaram multidões de mulheres às ruas nos últimos anos. Foi exatamente essa potência criativa e plural.

AUTOCRÍTICA

Tem-se discutido bastante que esse é um momento de reavaliação. Mas quem está fazendo a autocrítica? Todos os setores da esquerda estão fazendo a autocrítica? Os homens estão repensando suas formas de atuar politicamente e as suas relações com as mulheres na construção política? De que forma essas discussões têm sido feitas dentro dos partidos? As dificuldades com as quais lidamos ano após anos na construção do 8 de março revelam divergências políticas de difícil resolução, que parecem refletir uma indisposição para reavaliar métodos e estratégias por parte de alguns setores.

A autocrítica e a reflexão têm sido feitas em diferentes espaços, de diferentes formas. Nos partidos de esquerda, por exemplo, essas são discussões que estão sendo feitas internamente. O bombardeio midiático ao qual estes partidos têm sido expostos nos últimos anos, principalmente o PT, é um elemento a ser avaliado, porque qualquer autocrítica pública nesse momento pode servir de substância para ainda mais difamação e criminalização por parte dos meios de comunicação.

A ESQUERDA E O PODER

Os movimentos sociais são muito diversos entre si. Essa é uma questão fundamental, que precisa ser reconhecida e discutida. Alguns movimentos estiveram muito próximos dos partidos de esquerda que ocuparam o poder nas últimas décadas. Outros estiveram mais distantes, mas, durante o processo do golpe e nas últimas eleições, se viram diante da necessidade de eclipsar as suas críticas e defender os avanços que o projeto do PT promoveu. Parte do processo que nós vivemos hoje está ligado à nossa falta de entendimento sobre o que significou e o que significa ocupar o poder. Estamos diante de uma crise profunda, que exige uma reflexão sobre o sentido do poder. Caso contrário, corremos o risco de acreditar que está tudo bem, que precisamos apenas reorganizar as bases e seguir com o projeto que estava sendo construído.

LINGUAGEM E PROJETOS POLÍTICOS

As discussões em torno da noção de "bases" revelam algumas diferenças que estão colocadas na organização política de diferentes setores da esquerda. O movimento feminista faz muitas críticas à utilização do termo, porque a gente pensa que se existe uma base, existe também um topo. Por outro lado, existem elementos da cultura dos movimentos sindicais que são muito diferentes dos modos organizacionais dos movimentos feministas, por exemplo. Nós precisamos fazer discussões sobre culturas organizacionais diferentes, para que possamos refletir também sobre estratégias diferentes. A mesma expressão muitas vezes pode ter significados distintos dependendo de onde se atua politicamente.

AUTORITARISMO DE ESQUERDA

A crítica ao "retorno às bases" está ligada à crítica de noções hierarquizadas de organização política comum nas esquerdas. Está implícita nessas perspectivas a ideia de que é preciso levar a conscientização às massas. A relação se dá de forma hierárquica porque se dita muito mais do que se ouve, o que muitas vezes dá lugar a um autoritarismo fundamentado na ideia de que as ou os líderes políticos sabem o que é melhor para a população. Progressivamente, isso vai distanciando as lideranças das bases.

Um caminho para o combate ao autoritarismo presente na esquerda é a construção de espaços reflexivos e de autorreflexão. Porque ninguém vai fazer autocrítica por decreto. É preciso que a gente construa espaços de formação política não doutrinária.

O desafio de repensar a nossa comunicação não é apenas de desenvolver estratégias para ganhar adesão ao nosso projeto. Não se trata apenas de comunicar o nosso projeto, mas também de dialogar com as pessoas para repensar esse projeto. Quando não há abertura para o diálogo, as pessoas deixam de se enxergar nos nossos discursos.

SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA DAS NOSSAS LUTAS

Uma das dimensões da crise que afeta o campo da esquerda está relacionada aos boicotes financeiros que têm sido feitos às nossas organizações e movimentos. Que estratégias temos construído para garantir a sustentabilidade das nossas lutas? Os movimentos sindicais estão quebrados financeiramente. Mas como nos organizávamos antes do imposto sindical? Na década de 1980 não dependíamos de recursos do Estado, porque não havia espaço para diálogo. Precisamos pensar sobre as possibilidades que nós temos, aprender com o que fizemos no passado, aprender com as experiências de outros lugares e nos esforçarmos para criar novas possibilidades. A criatividade é um elemento necessário. Como podemos nos organizar em cooperativas? As discussões da economia solidária podem ser úteis nesse momento. Como podemos ter recursos próprios sem precisar do capital?

CRISE E REORGANIZAÇÃO DA LUTA

Estamos vivendo um momento de muita polarização. Há um discurso anticomunista sendo largamente disseminado, temos visto também a perseguição das nossas lideranças, movimentos e estratégias de boicote financeiro às nossas organizações. A esquerda não está conseguindo reagir a isso. Quais são os caminhos que temos buscado para combater o governo? Que meios temos criado de mobilizar as pessoas?

AUTOCUIDADO E CUIDADO

Temos passado por muitas derrotas. Dilma foi deposta, Lula foi preso, não alcançamos a vitória de Haddad. Ver Bolsonaro todo dia é uma bomba. Não se trata apenas de pensar na desesperança que bate nas mulheres que não estão organizadas, mas também em como tudo isso bate na gente do movimento. São muitas histórias de depressão, adoecimento, abandono dos espaços de militância. Nós precisamos sobreviver e nós precisamos nos fortalecer. As redes de solidariedade e cuidado entre ativistas são fundamentais nesse momento.

LUTA PELA DIGNIDADE

Temos visto que, na ofensiva da direita, uma das coisas que está em causa é a dignidade das pessoas. A dignidades das mulheres, da população negra, da população LGBT e da parcela mais pobre na população. É muito grave um episódio como o da mulher trans assassinada recentemente. São graves também os diversos casos de mulheres espancadas que têm suas fotos espalhadas na internet. Quando as pessoas escrevem, nesses casos, que estas mulheres mereceram, é a sua própria humanidade que está sendo questionada. A incorporação do extermínio como política estado a partir da defesa da legitimidade de "matar sob forte emoção", incluída no pacote anti-crime, é outra demonstração da negação da humanidade de uma parte da população. Qual é a justiça social possível sem que haja o reconhecimento da humanidade de todas e todos?

LINHA DE FRENTE

O contexto que estamos vivendo atinge a todas e todos nós, porque é um processo de retirada de direitos que têm impactos em toda a população. Mas não podemos perder de vista que alguns segmentos da sociedade se encontram mais vulneráveis do que outros, como as populações indígenas e negras, as trabalhadoras e os trabalhadores rurais, a população lgbt e as mulheres. A Reforma da Previdência, por exemplo, começou pelos trabalhadores rurais e, dentro desse segmento, as mulheres são as mais afetadas.

"CORTINA DE FUMAÇA"

A resistência de alguns setores da esquerda de encarar a gravidade dos ataques misóginos e lgbtfóbicos das forças conservadoras revela os desafios que temos dentro do nosso próprio campo para demonstrar que as questões morais precisam ser discutidas como parte do projeto de esquerda que estamos construindo. Tem-se afirmado que estes temas estão sendo acionados como uma cortina de fumaça para desviar a atenção das decisões econômicas que têm sido encaminhadas. Não podemos dar menos relevância a esses ataques ou dissociá-los de outras discussões, porque são retrocessos com o mesmo grau de seriedade e fazem parte do mesmo projeto político ao qual precisamos resistir.

ARTICULAÇÃO POLÍTICA

O feminismo é uma ferramenta fundamental para a luta de classes e o contexto que estamos vivendo nos desafia a demonstrar a relação entre as diferentes formas de opressão que estão colocadas no mundo, para que possamos articular nossas resistências. Podemos pensar que a pauta geral tem muito a ver com a nossa pauta hoje, pelo fato das questões que afetam a vidas das mulheres estarem em evidência no projeto do atual governo. Ou, por outro lado, podemos pensar que as pautas feministas sempre estiveram articuladas às discussões mais amplas sobre o projeto de sociedade pelo qual lutamos no campo da esquerda. O desafio é articular a luta feminista às lutas dos outros setores da esquerda, de uma forma tal que as lutas de uns não sejam colocadas acima da luta de outros.

O desafio de construção da unidade não está colocado apenas os feminismos, mas para todo o campo da esquerda. Por exemplo, como fazer com que a luta da população do campo não seja apenas um projeto para as pessoas do campo, mas um projeto para a sociedade?

DEMOCRACIA E ORGANIZAÇÃO POLÍTICA

Quando nos propomos a pensar sobre democracia, é importante que na construção das nossas alianças haja espaço para discordâncias e enfrentamentos. Estruturas de organização muito hierárquicas dificultam as disputas internas necessárias para avançarmos politicamente. A democracia interna das instituições de esquerda está altamente comprometida. Esse é um dos elementos que tem gerado o esfacelamento do nosso campo.

UNIDADE POLÍTICA

Para os feminismos, a construção da unidade política passa pela qualificação do debate sobre gênero e sexualidade e da sua conexão às múltiplas agendas e pautas do campo da esquerda. A unidade não é uma imposição, ela precisa ser uma unidade na diversidade. Temos dito: Ninguém solta a mão de ninguém. Mas, antes disso, precisamos pegar nas mãos umas das outras. Precisamos nos conectar.

OS FEMINISMOS E O DIÁLOGO ENTRE AS DIFERENÇAS

Os espaços feministas lidam de forma diferente com as divergências. Há mais liberdade para divergir sem que você seja vista como inimiga pelas suas posições. Os movimentos feministas têm desenvolvidos estratégias interessantes de trabalho em rede, articulando diferentes lutas e perspectivas políticas. Isso não significa que resolvemos todos os nossos problemas. Nós também esbarramos nas formas patriarcais de "fazer política". Em alguns contextos enfrentamos disputas desgastantes, sobretudo quando elas envolvem forças políticas que estão para além do campo feminista. A questão que se coloca, nesse momento, é como potencializar uma perspectiva feminista de construção de redes e alianças. Temos muitas experiências exitosas e algumas pistas sobre caminhos para fortalecer essas redes.

O PÚBLICO E O PRIVADO

O patriarcado ocidental impôs o espaço privado como um espaço feminino, as responsabilidades sobre esse espaço deveriam caber exclusivamente às mulheres. O público, em contrapartida, é visto por esse sistema como um espaço masculino. Mas sabemos que as mulheres sempre estiveram ocupando as ruas, principalmente as mulheres trabalhadoras, as mulheres negras. Essa experiência histórica de ser responsável pelo privado e ter também que organizar a vida nos espaços públicos trouxe um acúmulo de reflexões importantes para uma perspectiva feminista da política. Nós sabemos articular o público e o privado e incorporamos isso na forma como nos organizamos politicamente. É importante que a gente busque meios de ampliar isso para fazer com que mulheres que se organizam em diferentes espaços, sejam eles feministas ou não, sintam e apliquem essas reflexões.

Diálogos feministas: análise de conjuntura e desafios para a defesa da democracia
É uma publicação que sistematiza o debate de mesmo título realizado em 22/02/2019, em São Paulo.

Participantes
Adriana Marcolino|Assessoria Dieese, São Paulo
Anne Karolyne|Secretaria Nacional de Mulheres do PT, São Paulo
Bibiana Serpa|Agora Juntas e Universidade Livre Feminista, Rio de Janeiro
Carmen Silva|SOS Corpo Instituto Feminista para a Democracia, Recife
Darlene Testa|Assessoria Secretaria de Mulheres da CUT, São Paulo
Deise Recoaro|Pesquisadora e militante da AMB, São Paulo
Dione Silva|Instituto de Juventude Contemporânea/IJC, Fortaleza
Edjane Rodrigues|Secretária de Políticas Sociais na Contag, Maceió/Brasília
Junéia Batista|Secretária Nacional de Mulheres da CUT, São Paulo
Liliane Brum|Rede de Desenvolvimento Humano - Redeh, Rio de Janeiro
Luciana de Melo - Luba|Secretária de Mulheres do SINDSEP-SP, São Paulo
Maria Luiza da Costa|Marcha Mundial de Mulheres
Natalia Mori|Centro Feminista de Estudos e Assessoria - CFEMEA, Brasília
Priscilla Brito|Universidade Livre Feminista, pesquisadora em gênero, Internet e feminismo, Rio de Janeiro
Sonia Coelho|Sempre viva organização feminista - SOF, São Paulo
Sophia Branco|Fórum de Mulheres de Pernambuco/AMB e Universidade Livre Feminista, Recife
Viviane Hermida|CESE, Salvador
Waldeli Melleiro|Fundação Friedrich Ebert, São Paulo

Organização
Fundação Friedrich Ebert e SOS Corpo Instituto Feminista para a Democracia

Edição
Carmen Silva, Sophia Branco e Waldeli Melleiro

Sistematização, textos e projeto gráfico
Sophia Branco

São Paulo, abril de 2019

As opiniões expressas nesta publicação não necessariamente refletem as da Friedrich Ebert Stiftung (FES) ou do SOS Corpo Instituto Feminista para Democracia.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-9565-056-5